



MARECHAL JOSÉ PESSÔA: O CENTENÁRIO DE UM IDEALISTA

Hiram de Freitas Câmara

Nota da Redação — A Diretoria de Assuntos Culturais Educação Física e Desportos (DACED) propôs e viu aprovado pelo Estado-Maior do Exército, em 03 de dezembro de 1984, o Projeto "Marechal José Pessoa", com a finalidade de proporcionar condições de lançamento de um livro comemorativo do Centenário, pela BIBLIEx. Para que o trabalho atinja plenamente os objetivos previstos, vem sendo enriquecido com dados colhidos em depoimentos prestados por diversas personalidades à Comissão de Pesquisa Histórica Básica, da qual têm tomado parte o Gen Bda R1 Umberto Peregrino, o Cel Aldílio Sarmento Xavier, o Cel Asdrubal Esteves, coordenador do Projeto Memória Militar do Clube Militar, o Cel Cláudio Moreira Bento, pesquisador de História Militar e Presidente daquela Comissão, o Cel José Fernando de Maya Pedrosa, historiador militar, a doutora em Ciências Políticas pela Universidade de Paris e coordenadora de Pesquisa de História Oral do CPDoc da Fundação Getúlio Vargas, Professora Aspásia Camargo e o pesquisador de História da Casa de Rui Barbosa, Marcos Luiz Bretas da Fonseca. O coordenador do Projeto "Marechal José Pessoa" é o TC Hiram de Freitas Câmara, também autor do texto-base "A força de um ideal". O livro deverá ser lançado em setembro de 1985. O Projeto conta ainda com a cooperação da Escola de Comunicações, que tem proporcionado condições para a gravação em VT de todos os depoimentos e visitas realizados.

Em 1985, o Exército Brasileiro terá a oportunidade de comemorar o centenário do nascimento do Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque. Nas fontes esparsas são poucas as que tratam e, raramente, de aspectos de vida militar do Marechal José Pessoa que é normalmente citado como idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Seria enganoso imaginá-lo, no entanto, meramente na concepção e construção material de uma casa mais confortável, onde o Exército viesse a formar seus oficiais, desde 1913 preparados na antiga Escola Militar de Realengo. Seria, no mínimo, não reconhecer a essência de sua atuação em favor do fortalecimento do espírito militar brasileiro. Seria, certamente, uma visão incompleta de seu ideal.

A concepção do Marechal José Pessoa sobre a formação de oficiais do Exército Brasileiro teve, na realidade, a força espiritual do idealismo e atendeu às motivações do momento histórico. Por outro prisma, esteve longe da utopia. Em 1930, entretanto, parecia por demais antecipado e, talvez, por esse motivo, não tenha conseguido vê-lo concretizado, totalmente, em vida. Mas foi essa concepção idealista o que lhe valorizou no momento de interseção de sua trajetória de vida com a do sistema do ensino de formação do Exército. Período esse que decorreu a partir de 1930 até seu falecimento, caracterizado por atuação direta ou indireta, em benefício daquele sistema.

O que se pretende nesse artigo é

reunir algumas idéias sobre esse homem invulgar, partindo de fatos significativos de sua vivência, e que possam iluminar pontos de apoio visando à compreensão de seu real valor para o ensino de formação de oficiais e para a própria evolução do Exército.

DE 1885 A 1930

O Marechal José Pessoa nasceu em Cabeceiras, na Paraíba, em 12 de setembro de 1885. Enriquecendo-se como ser humano na franqueza de uma infância aberta e solta, desenvolveu personalidade criativa, com o traço marcante da perseverança. Impulsivo, temperou-se na formação cristã de uma família tradicional. Não resistiu, no entanto, por muito tempo, ao apelo das atrações culturais de um universo fora dos limites da terra-berço, onde viveu sua infância e adolescência. Espírito irrequieto, parecia pressentir uma vida plena de experiências não rotineiras, na Capital Federal, pólo de atração natural da novel república, acenando a todos os espíritos as esperanças de ordem e progresso da legenda inscrita na bandeira recém-criada.

Aos 17 anos, o solo-berço, chão de seus folguedos, base de seus sonhos, era apenas lembrança. Retratos esparsos na memória, a mente acesa com a chama da vocação militar, no Rio de Janeiro. Ali estavam as Escolas Militares, quer a Prática do Realengo, quer a Militar do Brasil, na Praia Vermelha, sedes de seus melhores projetos de vida. Na primeira, começou a temperar seu espírito para a profissão, em

ambiente de desafios, pois de 1903 a 1904 corriam dias difíceis na Capital. Ali, o jovem aluno militar assistiu à desorientada revolta da Vacina Obrigatória. As ruas da cidade, em particular as da Praia Vermelha, Botafogo e Laranjeiras, mancharam-se de sangue de alunos da Escola Militar do Brasil, atraídos à morte por motivos políticos estranhos ao Exército, enquanto no Realengo, os alunos haviam permanecido leais ao comando e à Instituição. A experiência de 1903 ficaria gravada na mente do aluno Pessoa, ressaltando-lhe importante diferença de comportamento entre as duas escolas, a Prática, toda de execução e a da Praia Vermelha, naquele momento envolvida por profundo conteúdo filosófico e científico, sob influência positivista.

Não se pode negar que, anteriormente, a participação da Escola Militar da Praia Vermelha nos eventos da Proclamação da República havia coroado, no sentido histórico, seu largo prestígio precedente como centro cultural. Seu corpo docente, fortemente influenciado pelo positivismo, impulsionara a queda da monarquia e o advento da República. De suas cátedras, ascendera o General Benjamin Constant Botelho de Magalhães ao primeiro ministério republicano. Cumprido aquele desígnio histórico, a contínua participação política do corpo docente nos anos que se sucederam, conduziu os alunos ao centro da política partidária, influenciando negativamente em seu comportamento militar. A Escola de Realengo, por sua vez, e dada

a sua natureza, pouco tratava de cultura filosófica ou científica, nada de política e muito de arte militar aplicada. Nela, em 1904, o General Hermes Rodrigues da Fonseca estimulava a profissionalização de seus alunos, temperando-a com o fortalecimento do espírito militar, em ambiente de disciplina e intenso trabalho.

Mais de uma vez, no futuro, essa experiência seria um referencial para o ex-aluno José Pessoa, apontando-lhe à frente, duas diretrizes básicas:

- a formação do futuro oficial deveria buscar o equilíbrio ponderado entre a formação moral, a intelectual, e a técnico-profissional;
- o núcleo-gerador de oficiais da ativa deveria estar afastado dos grandes centros de poder político.

Em decorrência dos fatos ocorridos em 1903/04, o governo fechou as portas da histórica Escola Militar do Brasil, da Praia Vermelha, e reuniu os dois cursos em Porto Alegre, em local de emergência; ali, o aluno José Pessoa concluiria seus estudos militares, convivendo com o desconforto e a ineficiência de métodos de instrução obsoletos, comparados aos vigentes em outros Exércitos.

A chegada à tropa, Alferes, em 1909, coincidiu com a reforma do Exército realizada pelo Marechal Hermes da Fonseca. O momento de reformas internas na força terrestre estimulava a elevação de seu nível de operacionalidade e, por isso foi uma ótima fase para início de carreira.

Além desse fato, no bojo das medidas adotadas pelo ex-coman-

dante do Realengo, Ministro da Guerra e, posteriormente, Presidente da República, jovens oficiais eram mandados para a Europa. O contato com exército de nações européias, inicialmente Alemanha, depois França, teria profundos efeitos no Brasil.

O surgimento de uma geração de oficiais de primeira linha, conhecidos como "jovens turcos", viria despertar a sensibilidade profissional de várias gerações de oficiais brasileiros; igualmente brilhantes seriam aqueles instrutores que se tornariam conhecidos como a "Missão Indígena", selecionada para a Escola Militar do Realengo, em 1918, por ordem do General Cardoso de Aguiar, então Ministro da Guerra.

A alusão aos reformadores da revolução turca de Kemal Atatürk era feliz, pois os "jovens turcos" chegaram ricos em propostas reformistas, de natureza técnica, tática e organizacional. Lançadas, inicialmente, nas escolas e nos quartéis, essas propostas passariam a ser expressas, a partir de 1913, na revista "A Defesa Nacional", por eles fundada, em cooperativa. A Revista representou, assim, um reflexo tropical do traço de teorização germânica, filtrado através da sensibilidade latina e brasileira. Em 10 de outubro de 1983, completou ela setenta anos de existência. Durante esse período, tornou-se um dos principais veículos do pensamento militar brasileiro.

No ambiente castrense, a reforma do Marechal Hermes, a influência dos "jovens turcos", o estímulo à profissionalização da "Missão

Indígena" e o surgimento da Revista "A Defesa Nacional" foram fatores de emulação aos sentimentos de permanente evolução e renovação, que por se adequarem tão bem à sua personalidade, aqueceriam a mente do Alferes e Tenente José Pessoa.

Em 1911, Segundo Tenente, retornou ao chão de sua infância e adolescência. O sertão da Paraíba, era, então, abrigo do banditismo. Antônio Silvino, gibão de couro, peixeira cortante, espinho social na área, arranhava e sangrava a alma despida e pacífica daquele povo simples, do qual o Tenente Pessoa conhecia tão bem o sentimento.

A "Política das Salvações", conduzida pelo Senador Pinheiro Machado durante o governo do Presidente Hermes da Fonseca, foi o fato motivador dessa luta. Configurando intervenções federais nos estados, levou o Tenente José Pessoa a participar da pacificação da área sertaneja, nada a lhe lembrar, daquela feita, o chão de seus folgedos. Provou ali a coragem pessoal e a aptidão para a chefia. Praticou, na peleja "sem quartel", áspera como o solo da luta, a "disciplina militar prestante" dos versos de Camões, até adoecer, como resultado das condições da área de operações.

Cinco anos depois, servia o Tenente José Pessoa em São Paulo.

Na Europa, os Impérios Centrais haviam tomado a iniciativa de deflagrar a 1ª Guerra Mundial. As potências ocidentais do antigo mapa geopolítico haviam aceito o desafio. Situado em área periférica

em relação à Europa — centro do sistema ocidental de então — o Brasil permaneceu neutro por algum tempo. Logo, no entanto, a ameaça de envolvimento na guerra estimulou-lhe o sentido de defesa. O assunto prioritário para as forças armadas era, então, a necessidade do Serviço Militar Obrigatório, para o que se mobilizara grande parte da energia criadora de grande número de cidadãos, militares e civis, sendo um dos principais promotores da idéia, o General Augusto Tasso Fragoso.

À testa do movimento, dando-lhe o sentido cívico, o poeta de renome, Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, realizou um amplo trabalho de difusão de mensagem de participação de todos os brasileiros nos esforços da defesa nacional. A causa, estimulante, logo apaixonou o Tenente José Pessoa. Instrutor Militar na Faculdade de Direito de São Paulo, que exercitou, então, todo seu ardor cívico, junto a homens jovens como ele próprio. Com tal entusiasmo lançou-se à missão, que deles obteve apoio pleno e espontâneo. Sob seu comando, formou-se unidade uniformizada, armada e disciplinada, toda de acadêmicos de Direito. Seu empenho, reconhecido por Olavo Bilac, foi registrado em mensagem exaltadora de seus méritos, de fundo sentido nacional.

Um ano mais tarde, o quadro mundial evoluíra. O Brasil havia declarado guerra aos Impérios Centrais, sob o impacto do afundamento de navios mercantes brasileiros, justificando-se, portanto, aquelas preocupações defensivas.

A declaração atingira o Tenente José Pessoa em estágio na França, onde freqüentava a Academia Militar de Saint-Cyr. Arregimentado no 503º Regimento de Cavalaria e no 4º Regimento de Dragões do Exército Francês — cursaria ainda a Escola de Carros de Combate de Versalhes.

O Brasil não participou da 1ª Guerra Mundial na mesma medida em que viria a fazê-lo na segunda. Sua presença no conflito ocorreu através da ação de proteção a comboios realizados pela Marinha de Guerra e pelo envio de missão médica, em apoio às forças aliadas. O governo, no entanto, autorizou a participação dos oficiais que se encontravam na Europa, junto às forças aliadas nas quais estagiavam. Assim, o Tenente José Pessoa batiu sua espada em campanha externa, retemperando-a na luta, participando do emprego de um novo engenho de combate — o carro de assalto — e absorvendo inovações doutrinárias. De volta ao Brasil, recebeu a Cruz de Combate da Guerra Européia, por suas ações nos campos de batalha da França e da Bélgica.

Pouco depois, motivado pela doutrina de emprego daquelas pequenas máquinas — os carros de assalto Renault e Whippet, promessas de transformação da arte da guerra — passou sua experiência de combate para um livro — “O tank na guerra européia”. Se, por um lado, alguns aspectos do livro vieram a ser alvo de reparos pelos mestres da Missão Militar Francesa, por outro, teve ele o valor histórico de ser a primeira publicação

sobre o tema, escrito na América Latina. Logo, trataria de convencer as chefias militares da necessidade de o Brasil ingressar na era dos blindados. Lançou-se nessa campanha, com o mesmo fervor com que o fizera em ações anteriores.¹

Os ventos sopravam a favor, nessa quadra de sua vida. Num prazo curto de carreira já era profissional destacado, herói da 1ª Guerra Mundial e autor de livro polêmico e renovador.

O imponderável contribuiu ainda, nessa fase, para que, em 28 de julho de 1919, assistisse à posse do juriconsulto Eptácio Pessoa, seu tio, na Presidência da República. O Dr Eptácio Pessoa retornara ao Brasil prestigiado por sua elevada participação na Conferência de Paz de Haia, e, no regresso, fora eleito. O nome desse brilhante paraibano não constava das mais audaciosas previsões para ocupar a mais alta magistratura da Nação, não por seu reconhecido valor, mas porque excêntrico em relação ao sistema de forças políticas dominantes na época, as lideranças republicanas de São Paulo e Minas Gerais. Ao orgulho, pois, o jovem oficial aliara a surpresa.

O período de 1919 a 1922 marcou-o com dois sentimentos opostos. Por um lado, a compra dos primeiros carros de assalto a entram na América Latina, para cuja idéia contribuía diretamente; o comando da companhia criada para recebê-los e empregá-los; a missão de acompanhar a visita ao Brasil do Rei Alberto e da Rainha Elizabeth, da Bélgica; o primeiro des-

file de unidade blindada no país, foram acontecimentos de uma fase, que, do ponto-de-vista de sua felicidade pessoal, provavelmente tenha sido das mais ricas de sua existência.

Mas, de outro ponto-de-vista, o Capitão José Pessoa assistiu em 1922 — como ocorrera em 1904 — o sangue de jovens militares molhar o chão da Capital Federal, no ardor de sua fé e de sua impulsividade, em nome do que julgavam ser seu dever. Dessa feita, fora na areia de Copacabana e nos morros de Gericinó. Mais uma vez assistira a uma revolta de ideal mais pressentido que definido, para a qual haviam contribuído políticos revolucionários e articuladores de pena aguda e ferina. Uma vez mais presenciara, tão logo disparado o primeiro tiro, aos jovens militares, na luta a campo aberto, sofrendo a ação da inevitável repressão governamental. A posição do Capitão José Pessoa foi a mesma da do então Capitão João Baptista Mascarenhas de Moraes, deplorando a perda de vidas tão ardentes e preciosas para a Nação e para o Exército. A dor da Revolução de 1922, como a de 1904, demarcou outra importante influência na fixação de diretrizes futuras em sua vida.

No mosaico que, a traços largos, vamos ensaiando sobre sua vivência, com a finalidade de estabelecermos pontos de apoio à compreensão da essência de seu ideal, outra peça que se encaixa com precisão é seu comando na Companhia de Carros de Assalto. Foi o exercício dessa chefia como Capitão, um verdadeiro laboratório de



O brasão original. Observar os fuzis e as lanças em riste, emoldurando a Estrela representativa da Escola. Transversalmente, observar o canhão. No centro sobre as Agulhas Negras em preto, o Castelo da Engenharia. Era a Integração das Armas que se buscava representar no Brasão denominada de Brasão das Armas. Desde o Realengo, após 1931, este Brasão passou a ser usado, com uma diferença: a legenda ESCOLA MILITAR onde se lê AGULHAS NEGRAS, por não estar ainda definido oficialmente o local onde a nossa Escola seria construída.



Brasão alterado para inclusão da 5ª Arma: a Aviação Militar. O então General José Pessoa não poderia concordar com tal modificação e conseguiu neutralizar a tentativa de deformação do símbolo original.



O Brasão alterado, ainda em vigor. Nos se vêem as Armas.

Em homenagem ao Centenário do Marechal José Pessoa, o Brasão da Academia Militar poderia voltar a ostentar as Armas originais, históricas, e a legenda AGULHAS NEGRAS, de grande expressão simbólica.

sua concepção sobre a servidão militar, com a valorização do homem, da disciplina e do moral. Em país como o Brasil, ainda mais nos anos vinte — cada soldado, pensava ele, representava, após a desincorporação, um agente do desenvolvimento social ao retornar ao seu local de origem. Assim, julgava, todo esforço deveria ser realizado para valorizá-lo como cidadão e como ser humano. Homens convocados pela prática do Sorteio Militar, rústicos, analfabetos, acostumados a usar como talheres as próprias mãos, passavam a receber permanente atenção e educação social, envolvendo aspectos ligados à higiene, saúde e noções de saneamento básico. Antecipado em relação à época, o Capitão José Pessoa chegou a ser criticado por elevar seus cuidados a níveis que fugiam à realidade circunstante. Mas a evolução era o cerne de seu pensamento. Assim foi naquele comando e assim seria na concepção de seu ideal quanto ao ensino de formação.

Na verdade, mesas de soldados com toalhas alvíssimas, talheres de boa qualidade, copos e não canecas de lata, aulas de alfabetização, cuidados sanitários levados ao máximo possível, os bailes para os quais convidava a sociedade de Bangu e Realengo, tornavam a Companhia de Carros de Assalto atípica em relação às demais. Mas era fato, também, que ao lado desse esforço de valorização social do homem, conviviam a dureza de um trabalho intenso, no próprio nascedouro de uma mentalidade de manutenção, de aprendizado daquele tipo de mecanização, de seu

emprego adequado às condições brasileiras, com a rigidez disciplinar, com o fortalecimento do moral de sua tropa. Por esse motivo, seus soldados, em pouco tempo, tinham espírito de corpo, orgulho em usar a “bandagem” — tipo de perneira de fita — e o capacete dos blindados. Um espírito de corpo que através de seu comandante era conduzido a bem da instituição, como demonstraria no cumprimento da missão, durante a Revolução de 1922, quando esses soldados fizeram ver serem tão bons operacionalmente, como à mesa, ou nos bailes.

Fique-nos dessa passagem, mais essa peça do mosaico: o comando da Companhia de Assalto, em 1922, demonstrara bem cedo seu cuidado com a valorização dos recursos humanos, compreendendo-se melhor todo o seu empenho nesse sentido, quando viesse a comandar a Escola Militar de Realengo, a partir de janeiro de 1931.

Em 11 de novembro de 1927, aos quarenta e dois anos de idade, o casamento com a Sra. Da. Blanche Mary Edward Cavalcante de Albuquerque dar-lhe-ia o calor de seu próprio núcleo familiar. Elisabeth, a primeira menina, ganharia com o tempo, uma irmã, Joy, e um irmão, José. Este, seguindo a carreira militar, como oficial da Força Aérea Brasileira, viria a ser o Brigadeiro José Pessoa Cavalcante de Albuquerque.

Em 1930, o Coronel José Pessoa emergiria na crista da onda reformadora do início da chamada República Nova.

O ciclo revolucionário, iniciado em 1922, prosseguira nos movimentos de 1923 (dos "Libertadores", Rio Grande do Sul), de 1924 (5 de julho, São Paulo, de Isidoro Dias Lopes), nos volteios da Coluna Revolucionária, até 1927. Em outubro de 1930, o ambiente político radicalizara-se pelas consequências de um fato particularmente triste para a família Cavalcante de Albuquerque, o assassinato do Presidente do Estado da Paraíba, Dr João Pessôa, irmão do então Coronel José Pessôa.

Pertencente à Aliança Liberal, conglomerado de oposições, sua morte, atribuída a motivos políticos, acendeu o estopim da Revolução. No comando do Corpo de Bombeiros da Capital Federal, por um mês, logo substituído por seu irmão Aristharco, enquanto assumia encargos no Exército, o Coronel José Pessôa se destacaria no cumprimento de missões emanadas da Junta Militar constituída na Capital Federal. Sem dúvida, o duro golpe da morte do irmão influenciou sua decisão revolucionária, mas o fator definitivo de sua participação foi resultado de lúcida análise do momento histórico.

Seriam de natureza militar os fatos que dariam relevo à sua participação no movimento. Inicialmente assumiu o comando do 3º Regimento de Infantaria, sediado no velho prédio da antiga Escola da Praia Vermelha. Ali reviveu ele a experiência de São Paulo, constituindo unidade de civis voluntários, aos quais armou, enquadrando disciplinarmente e com os quais substituiu a guarnição do 3º RI.

Cumprindo novas ordens partidas do General Malan d'Angrogne, em nome da Junta, cercou e ocupou o Palácio Guanabara, sede do governo, nas Laranjeiras. Desempenhou-se com firmeza e tato, contribuindo para que o movimento inevitável chegasse ao fim, no Rio, sem derramamento desnecessário de sangue. Com atitude serena e segura, protegeu a vida do Presidente deposto até sua saída do Palácio.

Assim, o Coronel José Pessôa manteve sua coerência de vida, pelo exemplo de seu comportamento, tão importante naqueles momentos de crise. Conseguindo dominar, pela serenidade de suas ações e de suas palavras, os impulsos emocionais dos mais exaltados, seguiu o exemplo de Caxias.

A Capital Federal logo se tornou o palco da euforia vitoriosa, as ruas do centro apinhadas de gente civil e militar, com tropa desembarcando na gare da Central do Brasil, desfilando com seus uniformes de campanha, o ambiente embebido dos discursos esperançosos de renovação da estrutura republicana, de modernização administrativa e de adoção de novos instrumentos de progresso.

Nesse quadro, uma das expectativas de grandes reformas visava ao aprimoramento da Instituição — Exército, recém-saída do período revolucionário, que se estendera de 1922 até aquele ano, com o envolvimento parcial de seus quadros. Atendendo aos anseios de renovação da República, participou do movimento de 1930, dera-lhe a estrutura para a vitória e

o apoio para a consolidação. Além disso, motivara-se para desenvolver sua capacidade de desempenhar as responsabilidades crescentes de seu papel na segurança e no desenvolvimento de um país com promessas de potência pressentida.

O Presidente Provisório via como ação prioritária dinamizar a formação da oficialidade nos padrões desejados de fortalecimento de valores morais e éticos voltados para a defesa da integridade e da soberania nacionais. Já na Capital Federal, solicitou, ao Ministro da Guerra, General José Francisco Leite de Castro, a indicação de um nome para o comando da Escola Militar do Realengo. A escolha recaiu sobre o Coronel José Pessôa, que tanto se destacara nas ações

revolucionárias na Capital e a quem considerava oficial à altura da missão renovadora, impulsionada pelo entusiasmo, mas temperado pela vivência. Um oficial que provara, mais de uma vez, ser homem de se entregar à missão recebida com verdadeira paixão, com um fervor quase místico, sem o que, acreditava, nada de grandioso se faz.

JOSÉ PESSÔA E A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS (1930-1952)

Esse sentido quase místico, de profunda renovação espiritual na formação dos jovens oficiais, dentro do momento histórico e que envolveu a missão com valores espirituais, diferenciou sua ação em



Escola Militar do Brasil, na Praia Vermelha, Rio de Janeiro.

Realengo, de 1931 a 1934, dos comandos rotineiros. Naquele momento, havia motivação ainda mais forte a impulsionar aquele Coronel de quarenta e cinco anos. Mas, não obstante, quando convidado, e naquelas circunstâncias excepcionais, evitou aceitar o comando em um repente emocional. A resposta foi condicional — nenhuma ingerência estranha ao seu comando e construção de uma nova Academia Militar, fora do centro de polarização política do país. Nessas condições, o Coronel José Pessoa passou a viver o mais brilhante segmento de sua vida militar e aquele de mais profundas repercussões para a força terrestre.

Corpo e alma postos na missão, interpretou-a de modo a injetar-lhe a criatividade, o entusiasmo, a perseverança, o espírito militar, a disciplina e o senso comum, sempre presentes em suas ações anteriores. A missão era a de aprimorar a formação dos futuros chefes militares do Exército, a partir da motivação renovadora do momento histórico. Por esse motivo, a idealização de uma nova Academia Militar — Academia em seu sentido lato — fluiu como consequência lógica, como ambiente adequado àquela reforma espiritual, ao reencontro com a grandeza dos vultos históricos da nacionalidade brasileira. Por essa razão, inspiradamente, foi à História do Brasil, para iluminar o futuro da força terrestre com as luzes do Duque de Caxias, de Sampaio, de Osório, de Mallet, de Villagran Cabrita, todos, chefes militares cujos desempenhos haviam sido lembrados pelo General Tasso Fra-

goso em suas aulas magníficas sobre a Tríplice Aliança.² Todos, chefes militares capazes de galvanizar, por seus exemplos, a juventude militar em formação. Ao Duque de Caxias reservaria o lugar de honra na notável galeria. Seria ele o Patrono dos Cadetes, antes mesmo de ser Patrono do Exército, cuja justa escolha foi resultado lógico de efeito multiplicador sobre os oficiais formados a partir do histórico evento.

O fato é verdadeiramente importante, pois como testemunhou o Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes em suas "Memórias" o Duque, herói militar do século XIX, três vezes Ministro de Estado, Pacificador da Nação, estava esquecido desde sua morte em 1880, por essa mesma Nação, para a qual, mais que ninguém, contribuíra ao mantê-la una e pacificada.

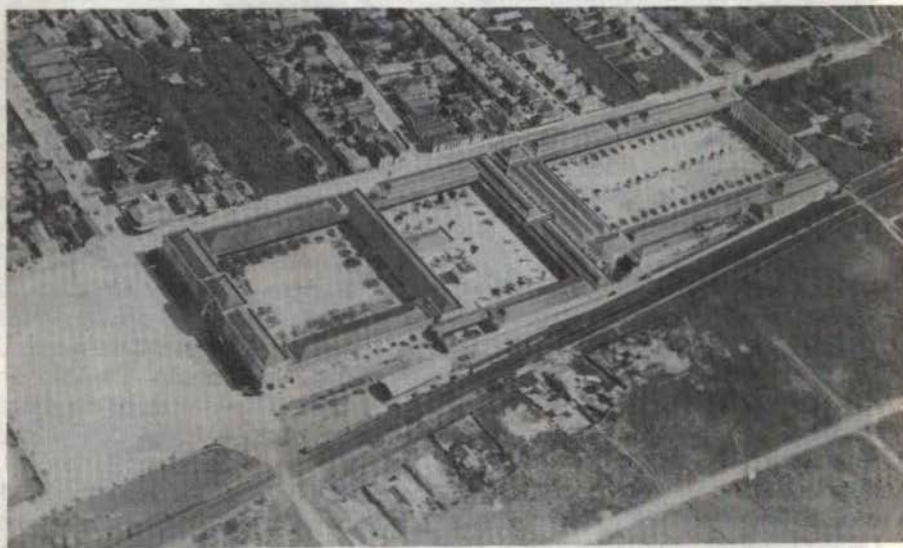
A Academia Militar, para o Marechal José Pessoa, não seria mera construção material, prédios funcionais, abrigo, sede. Imaginou-a acima do plano material, como templo de devoção a Caxias, ao dever à Nação, capaz de estimular permanentemente os laços de coerência entre a formação, a evolução, a atualização e o porvir da força terrestre, tão essenciais à manutenção de sua coesão. Templo onde se tentaria evitar erros do passado, abrigando a força dos valores mais ricos da nacionalidade brasileira. Ademais, fora dos centros de decisão política nacional, sem o risco de reabrirem-se marcas das velhas influências na alma militar, situada em região de clima ameno e

de topografia adequada ao aprendizado profissional militar.

A idealização da AMAN foi, portanto, a resultante racional de um momento histórico nacional, que encontrou no Coronel José Pessoa a experiência e a lúcida visão do futuro de uma Nação com crescentes responsabilidades militares, sob a influência do exemplo maior, de Luiz Alves de Lima e Silva.

Caracteriza-se, assim, o mais importante ponto de inflexão positiva no organicismo da evolução do ensino militar de formação da força terrestre no século XX: o evento que gerava o ideal do Cadete de Caxias. Este, o verdadeiro sentido do ideal do Marechal José Pessoa, do qual, a construção da AMAN seria, portanto, a concretização material.

Em 15 de janeiro de 1931, o Coronel José Pessoa assumiu o Comando da Escola Militar de Realengo. Seu comando teve uma função essencial, no sentido de atingir os objetivos intermediários que permitiriam a conquista do objetivo decisivo: a implantação de uma ideologia — no sentido filosófico da expressão — renovada, de formação de oficiais de carreira para o Exército Brasileiro, profundamente enraizada na História Nacional. Em Realengo, a partir de 1931, o Exército passou a formar oficiais com aquele espírito assim renovado, para difundir e dinamizar o ideal de Caxias na fase seguinte, após a concretização da nova Academia. A Escola Militar do Realengo, de 1931 a 1934, foi o laboratório daquele aprimora-



A Escola Militar do Realengo, já restaurada pelo General José Pessoa. Dela emanariam os oficiais que seriam Capitães na FEB e instrutores da Academia Militar das Agulhas Negras, a partir de 1944.

mento, capacitando-se a gerar os oficiais que viriam a ser os fatores de multiplicação dos valores espirituais e profissionais contidos naquele ideal, na Academia Militar das Agulhas Negras. Para isso, nada foi aleatório nesse esforço.

A ordem do dia de assunção do Comando do Coronel José Pessoa é o testemunho mais eloqüente da visão antecipada e objetiva desse paraibano criativo e perseverante. Naquele texto de grande importância para a história do ensino de formação de oficiais da força terrestre, encontra-se toda uma ideologia de formação de novos chefes militares, ligados ao passado, mas renovadores, à sombra acolhedora do espírito de Caxias. Não foi outro o motivo do conjunto de medidas adotadas ainda no comando em Realengo, com apoio dos Ministros Leite de Castro e Cesuino do Espírito Santo Cardoso e, indiretamente, do próprio Presidente, senão o de passar aquele núcleo propagador do ideal de Caxias — seus Cadetes — a essência de seus valores espirituais e morais, duradouros e permanentes. Após a efetiva criação da nova Academia, aquelas medidas evitariam a quebra da continuidade do espírito militar entre as gerações de Realengo e de Agulhas Negras.

Essa “passagem de bastão” seria consagrada treze anos após aquele 15 de janeiro de 1931. Em 23 de abril de 1944, a “nova Academia” abriria seus portões para um futuro sem limites. Se foi possível fazê-lo, sem solução de continuidade, entre a formação de Realengo e a da nova Escola, o Exército de-

ve tal fato a centenas de brilhantes oficiais instrutores do Realengo de 1931 e 1934 e aos que os sucederam de 1934 a 1944. Desse destacado conjunto de militares brasileiros, ressaltam-se três nomes, pelos critérios da permanência, da função e do sentido histórico, os então:

— *Coronel Professor Augusto da Cunha Duque Estrada*, renomado mestre militar, entusiasta da Reforma e um de seus mais profícuos implementadores, através de contínuas mensagens de fortalecimento moral e de crença no futuro do Exército e da Nação; seria ele o último comandante da Escola Militar do Realengo e o principal elemento de permanência e fixação dos valores da reforma, pelo largo período em que emprestou o brilho de sua inteligência e cultura ao ensino militar de formação;³

— *Capitão Mário Travassos*, ajudante da Escola ao tempo do comando do Coronel José Pessoa, homem de aprofundada cultura, mais tarde reconhecido internacionalmente como um dos mais lúcidos geopolíticos da América Latina e que inspirou em seu comandante o simbolismo das Agulhas Negras: tendo servido por muitos anos na Escola, foi outro importante elemento de fixação e permanência dos valores da reforma; seria o primeiro comandante da nova Academia, em 1944;⁴

— *Capitão Humberto de Alencar Castello Branco*, Instrutor-chefe de Infantaria, futuro chefe da Seção de Operações de Força Expedicionária Brasileira e mais tarde, comandante da Escola de Coman-

do e Estado-Maior do Exército, chefe do Estado-Maior do Exército e Presidente da República. A abrangência de seu pensamento militar, envolto sempre na imagem e no exemplo de Caxias, seria, em especial a partir de sua experiência em Realengo, um fator de coesão e de desenvolvimento de espírito militar, dentro do ideal de seu comandante.⁵

Os oficiais dessas gerações intermediárias representaram o elo de ligação entre Realengo e Agulhas Negras, vivendo, praticando, absorvendo e repassando a nova ideologia de formação. Por esse motivo, não se deve, senão didaticamente, sectionar as fases da história da Academia pelos locais de suas sedes (Casa do Trem, Rio Pardo, Praia Vermelha, Realengo, Porto Alegre, Agulhas Negras).

A ideologia da formação implantada pelo Exército como instância de suas próprias realidades por inspiração do Marechal José Pessoa, a partir de 1931, foi sob certo sentido, a síntese — também no sentido filosófico do termo — da História do Exército, da Nação independente e da própria Academia. O Cadete de Agulhas Negras representa a resultante da evolução do ensino de formação de oficiais do Exército, sintetizando os valores moral, ético, intelectual e profissional do Cadete de todas as Escolas Militares, de todos os tempos, Reino Unido, Império ou República. O Cadete de Agulhas Negras — como seus irmãos da Escola Naval e da Academia da Força Aérea — é, no sentido humano, síntese da Nação brasileira, representando o

que existe de mais elevado a nível de responsabilidade, probidade e lealdade. Força moral que se prepara para continuar dinamizando o futuro do Exército: os Cadetes serão seus chefes, após aperfeiçoados na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e formados para o exercício de Estado-Maior e para o generalato, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, tendo construído as edificações de seu espírito militar na carreira, sobre os sólidos alicerces firmados na AMAN.

Por sua função de alicerce moral, intelectual e físico, a Academia Militar recebe do Exército, como Instituição, e dos Oficiais, seus ex-Cadetes, atenção e carinho permanentes; por sua função essencial, são envidados todos os esforços para que a formação de oficialidade do Exército atinja o alto nível de eficácia necessária, com a dedicação diuturna de seus comandantes, instrutores e professores, todos com a consciência de que a melhor escola é a do exemplo, uma das principais mensagens do Marechal José Pessoa.

Os alicerces estabelecidos sob tal critério têm sido implantados desde 1931 na Academia Militar com todo o simbolismo do que denominamos nesse trabalho, uma nova ideologia de formação de oficiais do Exército, através:

— da *reforma realizada na Escola Militar do Realengo*, desde seu aspecto estético-formal até a mudança de métodos de educação militar em “*latu sensu*”, criando-se, já em Realengo, a mentalidade de uma nova Academia Militar;

— da *revalorização da graduação do Cadete*, praça especial, que desde 1889 havia sido abolida por um excesso de zelo republicano, por se tratar de título nobiliárquico; durante o período que durou até 1931, os jovens em formação nas Escolas Militares eram denominados simplesmente alunos ou alferes-alunos;

— da *criação do Corpo de Cadetes*, órgão escolar que enquadra os Cadetes; aberto a todos os jovens brasileiros, selecionados de modo a formar uma elite moral, ética, intelectual e física — e não econômica, política ou consangüínea — e que estimula o desenvolvimento de valores como a honestidade, a probidade, a lealdade e a responsabilidade; um organismo capaz de “aprimorar qualidades, mais do que corrigir defeitos”, no dizer do Marechal José Pessoa;

— da *adoção do Espadim do Cadete*, miniatura do sabre invicto de Caxias, “próprio símbolo da honra militar”, posto a serviço da guerra e da paz;

— do *uso dos uniformes históricos*, criados não pela estética formal ou pela tradição em si, mas pelo profundo significado histórico a interligar as gerações, baseados que foram na indumentária dos batalhões de 1851 a 1852;

— da expressiva e sóbria caracterização do *contorno orográfico das Agulhas Negras*, incrustado no Braço do Cadete e no Estandarte do Corpo de Cadetes, como simbólicas baionetas caladas da Segurança Nacional. As Agulhas Negras estiveram associadas à nova Academia, desde os primeiros dias de co-

mando do Coronel José Pessoa em Realengo, quando, acompanhado por alguns oficiais, escalou-as, decidindo-se ali, em presença da natureza pujante de Itatiaia, pelo nome da Nova Escola;

— da criação do *Estandarte do Corpo de Cadetes*, com o Braço, flâmula sagrada, representativa de toda a glória da Academia e tudo o que significa para a formação do espírito militar do Exército, portado tradicionalmente, desde 1931, pelo primeiro aluno da Escola;

— do conjunto de *Bandeiras Históricas*, conduzidas, exclusivamente, nas Paradas Militares e nas solenidades mais importantes da República, pelos Cadetes da AMAN, tradição que se manteve por muitos anos;

— do *projeto e execução da Academia Militar das Agulhas Negras*, de autoria do saudoso Dr. Raul Penna Firme — o “Arquiteto da AMAN” — inscrito na História da Academia Militar como um dos mais nobres credores da gratidão do Exército. A interação de sentimentos entre duas personalidades idealistas — o civil, arquiteto e o militar, o comandante — manifestou-se de forma equilibrada na filosofia de elaboração do projeto. A participação do Dr Raul Penna Firme ultrapassou, de muito, aquela normalmente desempenhada por um arquiteto. Fortalecendo, com o correr dos anos, sólidas amizades com o Marechal José Pessoa e, por extensão, verdadeira afeição à Academia e ao Exército Brasileiro, gerou ele um projeto inicial, impregnado de simbolismo histórico; um segundo, parecendo ser o

definitivo, ainda com traços do simbolismo inicial; e, finalmente, o terceiro, de impressionante funcionalidade. Ao deixar o comando da Escola Militar do Realengo, 1934, o General José Pessoa, graças ao Dr Penna Firme, deixava prontos os dois primeiros projetos, além de o local escolhido e uma pedra fundamental, lançada na Fazenda do Castello, em 1933, após a realização das primeiras manobras executadas pela Escola Militar do Realengo em Resende, em um ponto desconhecido, que não corresponde ao que se reconhece hoje, e que data de 1938, lançada pelo Presidente Getúlio Vargas;

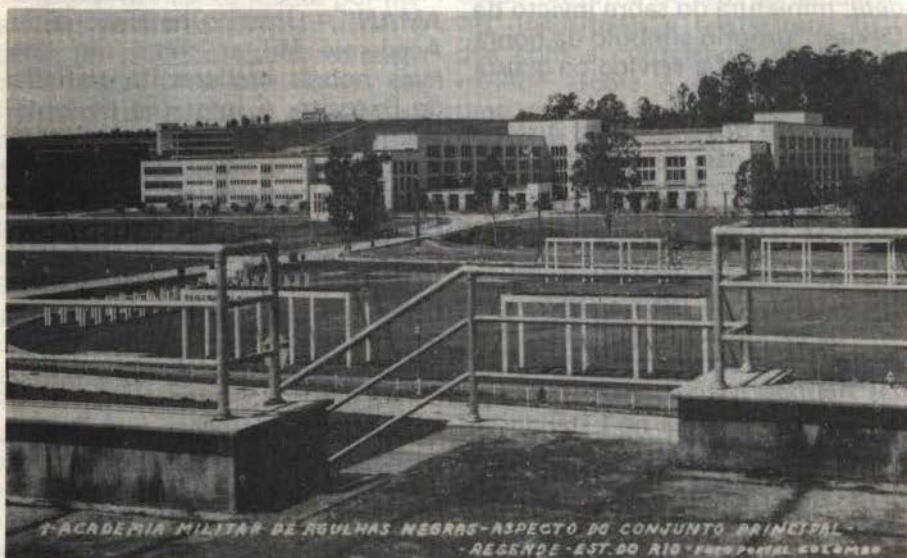
— da reformulação do *Regulamento Disciplinar*, cuja mais profunda alteração foi corrigir uma distorção proveniente de velhos regulamentos, evitando-se, a partir

da reforma, que o Cadete cumprisse punições em xadrezes de corpos de tropa.

Deixamos, propositadamente em destaque, a mais abrangente de todas as medidas adotadas em benefício da valorização moral do ensino de formação, durante o comando do General José Pessoa:

— a *valorização do exemplo do Duque de Caxias*, o mais brilhante dos chefes militares do Exército brasileiro, elevando-o como vimos, em primeira instância, a Patrono dos Cadetes.

No entanto, a homenagem máxima do Exército ao Duque foi imaginada pelo General José Pessoa, através da construção de um Panteon, no qual repousariam para a eternidade dos restos mortais do Duque e de sua esposa Da. Ana



A Academia Militar das Agulhas Negras — o ideal realizado.

Luiza, entre os muros da AMAN, guardados por seus Cadetes.

Sempre no sentido de dotar a Academia desse simbolismo histórico, imaginou o General José Pessoa esse templo singelo, a um só tempo local de recolhimento e reflexão, mas, fundamentalmente, de exaltação da fé militar. São suas palavras:

"Devemos esforçar-nos todos para a construção desse Panteon, pois é uma dívida do Brasil para com a memória do maior de nossos generais".⁶

"Encontrei a melhor boa vontade da parte do Sr Ministro, o qual sugeriu espontaneamente um modo de serem atendidas essas necessidades, combinando créditos da Caixa de Economia da Guerra e do Plano Orçamentário", escreveu de outra feita ao General Manoel Rabello, Diretor de Engenharia, encarregada em 1938, da construção da nova Academia.⁷

"Agora, para que a providência fique completa, é preciso que a Orientação do Panteon permita que, através dos vitrais representativos da vida do grande soldado, se projetem sobre o sarcófago, no centro da nave, os primeiros e os últimos raios de Sol nascente e poente. Será este mais um elemento de mística a impregnar a Escola", escreve ao General Luiz de Sá Affonseca, Chefe da Comissão Construtora.

Não se esquece da Duquesa:

"A sala do relicário, além dos objetos particulares do Duque, deverá conter as cinzas da Duquesa, sobre cuja tumba escrever-se-á:

"Nenhum dos atos que costumam exaltar-me, nenhum, deixou de ser sugerido e inspirado por ela ou por lembrança dela".

Mas nenhuma das expressões de seu simbolismo ultrapassa em significado este pensamento:

"O monumento deve ser retirado para um sítio de plena quietude, para que se torne um recanto sagrado e possa ser visitado com recolhimento por todos os que desejarem render homenagens ao gênio, ao patriotismo e a glória. Aí serão realizados os atos religiosos e os de exaltação ao nome de nossos grandes generais".⁸

Durante todos os anos da construção, o Marechal José Pessoa confiou na presença de Caxias nos limites da Academia. O ano de 1944 chegou, a Escola abriu seus portões e o monumento estava ausente. O Marechal não veria em vida o Panteon entre seus Cadetes, mas à frente do Ministério da Guerra, na antiga Capital Federal, argumentos definitivos, à época, para sua localização.

Em 1984, o Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras retomou o assunto, encaminhando aos escalões superiores projeto de construção do Panteon, visando às comemorações do Centenário do nascimento do Marechal, no presente ano.

Que momento de profundo sentido militar, e de continuidade histórica, aquele em que os despojos de nosso herói, e Patrono, vierem a ser passados à guarda insubstituível e inigualável de seus cadetes, o que um dia, certamente, em resga-

te à dívida para com o Marechal José Pessoa, acontecerá.

A Arte dos Arquitetos está presente no projeto do templo com linhas simples, mas com solidez que o perpetuará, pois o valor do Panteon jamais deverá ser o da riqueza material, e sim o espiritual, pois era a alma do soldado brasileiro que ele queria valorizar.

Todos esses valores têm contribuído para fortalecer direta ou indiretamente a coesão do Exército, por seu efeito multiplicador, como mensagem comum, levada anualmente pelos Aspirantes-a-Oficial aos mais afastados quartéis do País, conduzindo, em suas mentes o espírito, a imagem e o exemplo do maior de seus soldados: Caxias.

Todos esses valores formalizaram a estrutura da ideologia de formação dos oficiais do Exército brasileiro, voltados para a fecunda participação nos destinos da Nação, dos quais não se podem alhear por dever constitucional. Como instrumentos dos esforços de Segurança e de Integração Nacional, são eles pontas-de-lança com profundo sentido nacional, projetados na periferia sensível do território — as fronteiras —; na Hilea Amazônica, bandeirantes modernos da Engenharia ou guardiões da selva e da colonização dos vazios do ecúmeno de nosso espaço em desenvolvimento; na orla oceânica; na caatinga; no cerrado; nos pampas. Uma participação aprofundada, produtiva, útil, em favor do Bem Comum, que fez com que o Exército brasileiro se consagrasse historicamente como segmento da organização nacional mais intrínseca-

mente popular — a “Nação em armas”, no dizer do historiador Francisco Ruas Santos.

São esses valores que têm contribuído — repassados aos corpos de tropa, aos NPOR e aos CPOR pelos oficiais formados pela Academia Militar — para o fortalecimento do espírito cívico, do sentimento patriótico; da capacidade de organização, de respeito às Instituições e do profícuo interesse pelo Brasil, de milhares de jovens brasileiros, anualmente, através do Serviço Militar Obrigatório, conduzido à sombra do exemplo conciliador de Caxias.

Sem dúvida, para o desenvolvimento desse espírito, muito contribuiu a reforma do Ensino de Formação de Oficiais, realizada a partir de 1931.

Em 1934, ao deixar o comando de Realengo, o General José Pessoa deixaria plantada a semente de seu ideal. Germinaria ela, de 1934 a 1938, sob chão árido como o do sertão de suas primeiras lutas. Mas as forças emanantes de seu próprio ideal permaneceram no âmago da Escola, impulsionadas, como já observamos, pelos quadros escolares do período.

No Comando do 1º Distrito da Artilharia de Costa, o General José Pessoa continuava sintonizado com a vida do Realengo, a dizer, com a sobrevivência da reforma. Escrevia artigos, soprando, vez por outra, a chama, quando se debilitava a idéia de construção da nova Academia. Mesmo em 1935, quando ocorreu a Intentona Comunista, contra a qual foi chamado a lutar, nada o afastava de sua perseve-

rança doutrinação, agora por mais fortes razões. Nesse evento de tristes conseqüências, brutal e desnecessário, o General José Pessoa recebeu ordens do Ministro Eurico Gaspar Dutra, para empregar a tropa sob seu comando no cerco e investimento do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, o mesmo local de ação em 1930.

Apesar de todos os seus afazeres, os jornais continuavam a publicar seus artigos e entrevistas sobre a nova Academia. Por vez, evitava que algum dos valores da reforma fosse maculado.

De certa feita, com a inserção da 5ª Arma — a Aviação Militar — como curso na Escola, pensou-se em alterar o Brazão da Academia, adicionando-lhe externamente injustificadas e anti-estéticas asas. É comovente observar-se, hoje, com que ímpeto lançou-se o General José Pessoa em defesa daquele valor da reforma. De uma carta remetida ao então comandante da Escola, por essa ocasião, em que defendia a preservação dos uniformes históricos, ressalta o seguinte trecho: "Idêntico atentado vem sofrendo o Brazão de Armas da Escola Militar, com verdadeira deturpação de seu sentido histórico. É igualmente sabido que os braços de armas são distintivos e insígnias de nobreza de família, instituição ou pessoa, e não é admissível modificá-los ao arbítrio. No nosso caso, deu-se como justificativa o fato de que, em 1931, quando da criação do Corpo de Cadetes, estaria a Esquadrilha de Aviação subordinada diretamente à Escola de Aviação Militar, razão por

que a 5ª Arma não figurou no Brazão adotado na ocasião. É fora de propósito pensar em modificar um Brazão de família ou de uma instituição todas as vezes que nascer um filho ou surgir uma idéia".⁹ Com elevado espírito, alertado, o Comandante restaurou o brazão tradicional.

No entanto, após o falecimento do Marechal José Pessoa, em determinado momento da vida da Academia, o Brazão passaria a apresentar outra importante alteração, causada pela criação de novos cursos, isto é, pelo "nascimento de novos filhos". Observando-se o Brazão original, impecável no equilíbrio de sua estética e completo em seu simbolismo, ressalta a diferença entre aquele e o atual, por um historicamente injustificável desarmamento do Brazão.

Nele, não mais se encontram os fuzis, as lanças e o canhão, que o caracterizavam com forte significado. Observa-se também a modificação da inscrição na legenda abaixo do Brazão. Antes, expressiva pelo simbolismo geográfico — Agulhas Negras, a exemplo de Saint-Cyr, Sandhurst ou West Point — atualmente, mais fria e funcional — Academia Militar. Em breve exercício de reflexões condicionais, poderíamos imaginar o vigor com que o Marechal José Pessoa teria se lançado em defesa da preservação histórica do Brazão de Academia Militar, se vivo estivesse, na época.

Quando o Brazão foi criado, em 1931, não se oficializara ainda Agulhas Negras como sede da nova Academia. Até que a escolha fosse

consagrada, o Brazão ostentaria simplesmente o mote Academia Militar. Tão logo o decreto presidencial de 1952 denominou-a de Agulhas Negras, o Brazão recebeu o seu verdadeiro e idealizado mote.

Mesmo quando no comando da 9ª Região Militar, em Mato Grosso, comandando as ações contra o banditismo de fronteiras, de Silvino Jaques, o General José Pessoa ativava a débil chama, até que, em 1938, os ventos soprados da Europa — às vésperas de um conflito total — ampliaram a motivação de uma nova Academia Militar, atingindo o nível das decisões inadiáveis, já em pleno Estado Novo.

De 1938 a 1944, a Diretoria de Engenharia do Exército, sob a direção do General Manoel Rabelo, construiu a nova Academia, com o projeto final do Dr Penna Firme. A cada passo da obra, o General José Pessoa era consultado. A correspondência entre os dois oficiais tivera como origem o convite autorizado pelo Ministro da Guerra, para que colaborasse com a Comissão de Construção, o que ele aceitara na forma de observador e colaborador atento, em perspectiva.

Em 14 de julho de 1943, antes, portanto, da inauguração, um Aviso Ministerial batizou a nova Escola, como "Militar de Rezende". Mais uma vez retornaria o General José Pessoa à arena, em defesa dos valores originais de seu ideal. Argumentava com razões inspiradas no simbolismo das Agulhas Negras, presente no espírito de todos os oficiais desde 1931. Em ofício remetido ao Ministro da Guerra,

quando Inspetor da Arma de Cavalaria, escreveu: "no cenário majestoso da natureza, observamos como verdadeiro símbolo erigido para os céus, traços muito escuros, com que a água das chuvas sulcava a montanha, num gigantesco trabalho de erosão, que a pátina dos tempos enegrecera: eram as Agulhas Negras".¹⁰

Reforçou, a seguir, sua defesa, argumentando ainda contra o nome da Escola vinculado ao do Vice-Rei que assinara a sentença de morte de Tiradentes. Em vão. Em 23 de abril de 1944, a "Escola Militar de Rezende" abriu seus portões.

Em 1944, assumiu a Presidência do Clube Militar, para qual foi eleito por sufrágio direto, o primeiro realizado desde a extinção do Estado-Novo.¹¹

Em 12 de setembro de 1949, aos sessenta e quatro anos de idade, a vida militar do General José Pessoa chegaria ao seu último dia na ativa. Dos valores de seu ideal, dois ainda não haviam sido implantados: o nome de Academia Militar das Agulhas Negras e a presença de Caxias entre seus Cadetes, no Panteon.

Naquele dia, a "Escola Militar de Rezende" prestou-lhe uma emocionante homenagem de despedida do serviço ativo. Foi um dia inteiro dedicado em sua honra. Suas palavras de agradecimentos, em sessão solene, reverberaram nas paredes do amplo e sóbrio auditório da Escola, recortando-se nítidas no silêncio absoluto e respeitoso de "seus" Cadetes, e ainda hoje ecoam na alma daqueles que

as ouviram. Em certo momento, com um sentido quase de prece, lançou aos "seus" Cadetes — emocionados — uma mensagem eterna para os Cadetes de todos tempos no Brasil.

"1. Eu creio na vossa inteligência e na cultura que estais adquirindo na Academia.

"2. Creio na vossa dedicação e na vossa fé nos destinos do Brasil.

"3. Creio no vosso patriotismo, que há de renovar o Exército e levá-lo à posição de mantenedor da paz no nosso continente.

"4. Creio na rija tẽmpera de vossa juventude, que tudo há de levar por diante num clima de honestidade, pureza de caráter, de trabalho fecundo e de coragem cívica.

"5. Creio na vitória de vossas armas e de vossos ideais.

"6. Creio no nosso Exército.

"7. Creio na grandeza e na pujança de nossa Pátria."

Chama-nos a atenção, a expressão Academia, quando naquela data, era ainda "Escola Militar de Rezende", denominação que ele jamais aceitou.

Não podemos deixar de ressaltar seus terceiro e quinto credos.

Observemos de início, o quinto, "creio na vitória de vossas armas e de vossos ideais", evocado certamente na consciência dos êxitos da Força Expedicionária Brasileira, no continente europeu.

É possível vincular-se a idéia ao fato, pelo papel desempenhado em sua gestão, na Presidência do Clube Militar, onde se alinhou aos esforços para o envio da Força à Itália,¹² e onde foi o primeiro a

romper a barreira que se ia formando em torno dos chefes militares que dela haviam participado, realizando a primeira expressiva homenagem ao Marechal Mascarenhas de Moraes.¹³

Ao enunciar esse credo, o Marechal levou os Cadetes a relembrar dos jovens Aspirantes e Tenentes formados na nova Escola, já heróis da 2ª Guerra Mundial, muitos deles contribuindo com sua experiência para a evolução do Exército nas Escolas e nos quartéis. Outros, como o Aspirante Mega, haviam se tornado símbolos da coragem e do sacrifício, repousando ainda, naquele ano de 1949, no Cemitério de Pistóia.

Entre os heróis da FEB estavam, no entanto, outros oficiais que haviam estado vinculados à nova ideologia de formação, como o Coronel Mário Travassos e o Tenente-Coronel Castello Branco, e muitos ex-cadetes de Realengo. Ali residia o cerne da certeza na "vitória de vossas armas e de vossos ideais", algo já provado na dura luta contra o totalitarismo.

No terceiro credo, vamos encontrar reunidos: a expressão elevada do *patriotismo*, no que de mais legítimo exista, em termos de segurança nacional, contrapondo-se às doutrinas internacionalistas: o sentido de *renovação*, a nos recordar o conceito do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco de que a "tradição é a base da evolução e não, da estagnação" — sentido esse permanente em toda a reforma preconizada: o *papel conciliador* da Nação brasileira, na imagem de mantenedora da paz no

Continente. Um papel que, de 1965 a 1966, por cerca de 500 dias, os soldados do FAIBRÁS, Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, desempenharam no Caribe, por decisão do então Presidente Castello Branco, com espírito de isenção, granjeando o respeito e a admiração do povo dominicano, à época, oportunidade em que mais de uma centena de oficiais brasileiros batizaram suas espadas na pia batismal do mais elevado profissionalismo em missão externa. Um papel que, no sacrifício de vidas brasileiras em defesa dos valores democráticos, consagrou uma missão extraterritorial integralmente cumprida com êxito. Brota espontâneo desse credo, a ligação com missão de paz, não apenas pelo sentido de quase premonição do Marechal, mas pelo fato de que naqueles dias e noites, em contato conciliador com todos os lados do conflito, nas "incertezas" das madrugadas, fiscalizando pontos de controle, em delicadíssima missão de pacificar espíritos, com polidez e equilíbrio, estava presente o espírito de Caxias. E a ligação é ainda mais completa, ao nos lembrarmos de que, presente no comando da Força Interamericana de Paz estava o Gen Hugo Panasco Alvim, participante da FEB, assim como no comando do FAIBRÁS, estava um ex-cadete do General José Pessoa, fruto fértil daquela geração de 1931 a 1934, depois Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria da AMAN, e que viria a ser General Comandante da Academia, em 1969 e 1970, o então Coronel Car-

los de Meira Mattos e no comando do 1º Batalhão do Regimento Escola de Infantaria (1º contingente), ex-Tenente da FEB, o então TC Paulo Campos Paiva. Pode-se, por fim, ligar-se essa missão — que somente deve honrar a Nação e o Exército brasileiros — ao fato de que a unidade-base do FAIBRÁS era o Regimento Escola de Infantaria, originado daquela mesma Companhia de Carros de Assalto, comandada pelo então Capitão José Pessoa, em 1922. Todas essas conexões só contribuem para estreitar os laços de respeito e admiração de todas as gerações posteriores a 1931, por aquele insigne chefe militar, que, em feliz inspiração, concretizou em valores permanentes o exemplo de Caxias, tão ressaltado pelos pracinhas brasileiros da década de 60, que deixaram um tributo de seu sangue, na única missão pacificadora do pós-2ª Guerra Mundial, cumprida com êxito total, em todo o globo.

Assim, com jeito de prece, despedia-se o chefe militar de seus cadetes.

Em casa, o Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque poderia então desfrutar o descanso merecido do guerreiro, no aconchego da família. Espírito irrequieto, no entanto, a lembrar o jovem de 17 anos, seu universo não se limitaria às fronteiras de seu lar, na última quadra de sua vida. Fugindo à placidez das águas mansas da aposentadoria compulsória, aceitou o convite do Presidente Café Filho para a Presidência da Comissão de Planejamento e Loca-

lização da nova Capital Federal,¹³ no Planalto Central, uma missão de contato com o terreno; e aceitou-a com o mesmo fervor de sempre, vencendo todas as naturais dificuldades materiais de uma interiorização não implantada. Ao seu lado, o leal amigo, Arquiteto Dr Raul Penna Firme e o sobrinho Dr Marcelo Pessoa. O trabalho desses homens foi decisivo para a mudança de Capital. Foram eles os verdadeiros responsáveis quer pela escolha do local onde hoje está localizada Brasília, quer pela idealização do plano-piloto, em missão não remunerada.¹⁴

Mesmo na reserva, em seu espírito — sempre ligado ao simbolismo da reforma de 1931 — ainda sentia a Escola Militar — a sua Academia — incompleta, quer pela inadequação do nome da Escola, quer pela falta do Panteon de Caxias entre seus Cadetes.

Em 23 de abril de 1952, oito anos após iniciar seu funcionamento em Resende, quando a Escola completava o 140º aniversário de existência, o Presidente Getúlio Vargas, o mesmo que dera início a todo o processo de reforma, agora em seu segundo período presidencial, assinou decreto passando a denominá-la Academia Militar das Agulhas Negras. Foi um dos dias mais felizes da vida do Marechal, que assim deixou registrado em seus escritos pessoais:

"Agora, o governo atual, que acompanhou de perto o desenrolar do empreendimento, desde a sua gênese, compreendendo a justiça, a razão de ser, o direito e a gratidão, que é o mais justo de todos

os sentimentos humanos, em novo Decreto, de 23 de abril de 1952, 130º da Independência e 63º da República, alterou o batismo de Escola Militar de Resende, para crismá-la com seu legítimo nome, o qual se ajusta tão simbolicamente — Academia Militar das Agulhas Negras.¹⁵

A partir de então, para que se complete o quadro de sua concepção, tem faltado em Agulhas Negras apenas o Panteon de Caxias, com todo o significado que, estamos convictos, um dia, em homenagem ao Patrono e ao Marechal José Pessoa, envolverá o retorno do cadete de 1818 ao convívio das gerações sucessivas de futuros oficiais do Exército.

Em 16 de agosto de 1959, a notícia do falecimento do Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque correu mansamente pelos corações dos jovens Cadetes que dele conheciam apenas retalhos de lendas mal costuradas pela memória dos mais antigos. Sentiam, no entanto, a emoção estranha de uma perda muito próxima. É possível entender como, para os que o conheciam, a chuva, correndo entre os sulcos das rochas das Agulhas Negras, parecesse lágrimas, naquela tarde fria.

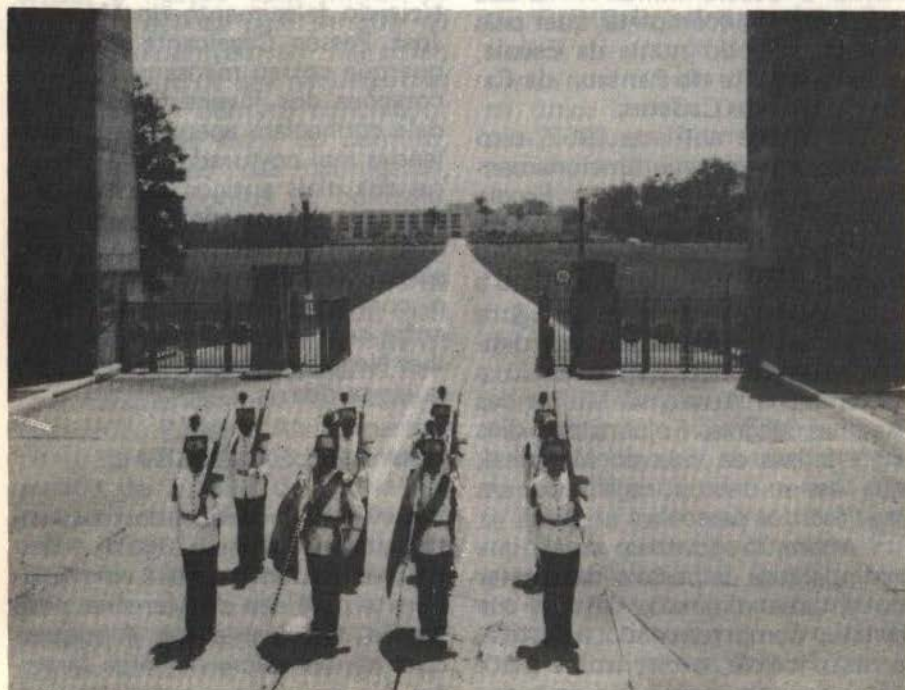
UMA REFLEXÃO FINAL

Deve ter ficado claro que este trabalho não visou a esgotar o rico filão de estudo que foi a vida dinâmica e profícua do Marechal José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, em benefício da força terrestre. Na realidade, o autor deste ar-

tigo, na qualidade do Coordenador do Projeto "Marechal José Pessoa" apenas aponta trilhas que pesquisadores e analistas de pena mais fina e ágil poderão seguir neste ano do centenário do nascimento daquele chefe militar. Espera, no entanto, haver demonstrado, pelo menos, os valores da oportunidade e da justiça.

Ressalte-se que não foi apenas ao Ensino da Formação de Oficiais do Exército que o Marechal emprestou o vigor de sua energia criadora. Contribuiu também, de forma decisiva, para a renovação da Artilharia de Costa, da dinamização da Escola de Material Bélico e da evolução da Escola de Equitação do Exército; idealizou e plane-

jou ainda, um Centro de Instrução de Cavalaria, modelar, na região paulista de Pirassununga, onde mais tarde se construiu a Academia da Força Aérea. Mas, foi sua intersecção de vida com a rota traçada pelo Ensino de Formação de Oficiais do Exército que inspirou seus mais vibrantes e criativos momentos, quer pela abrangência de sua mensagem, quer pela profundidade de seu ideal. Foi no período que medeia entre o ano histórico de 1930 — quando recebe a nobre missão — e o ano de 1952 — quando vê o batismo da Academia como uma homenagem de gratidão — que ele traçou o seu mais límpido exemplo de perseverança e idealismo. Foi nele que se alimen-



tou o espírito de "seus" Cadetes, com a chama de uma nova Academia, que há de ser nova sempre, pois que permanentemente renovada, acompanhando a evolução da sociedade brasileira, gerando homens de firme estrutura moral, intelectual e profissional, com a consciência posta na Constituição do Brasil: Uma Academia Militar aprimorada das qualidades do jovem brasileiro, selecionado a partir de sua própria vontade e de sua própria vocação para a carreira das armas.

Os laços históricos estreitados pelo Marechal José Pessoa no espírito militar do oficial brasileiro não devem ser afrouxados. Permitir tal fato, mesmo por desinformação, será, em qualquer época, obra anti-nacional e anti-patriótica, com prejuízos à coesão do Exército Brasileiro. Este fato é o que aconselha a que se afirme a compreensão da origem filosófica dos elementos da Reforma implantada no Ensino de Formação de Oficiais, sempre que surgirem idéias que tentem desfigurar valores, cuja tradição alcança mais de meio século.

Cada alteração introduzida no Brazão, nos uniformes históricos, no Espadim de Caxias, na Canção da Academia ou em qualquer outro elemento essencial da formação do espírito militar do Cadete de Caxias, tenderá a enfraquecer aqueles laços. Alterações, hoje, só aquelas que façam retornar à origem do ideal de José Pessoa as peças maculadas.

Além disso, a manutenção da continuidade de valores que inter-

ligam todas as gerações de oficiais do Exército, fortalecida pelo ideal do Marechal José Pessoa, desde 1931, será o reconhecimento permanente e espontâneo da Força para com aquele que legou ao Ensino de Formação de Oficiais da Ativa um verdadeiro tesouro espiritual, em favor da coesão do Exército Brasileiro, que o tem fortalecido e honrado em benefício da Nação.

NOTAS

1. Ler DEL NERO Augusto, Agnaldo — PRIMEIROS PASSOS DOS BLINDADOS NO BRASIL, "A DEFESA NACIONAL", Março/Abril 1983 e PORTELLA ALVES, J. F., BLINDADOS ATRAVÉS DOS TEMPOS — BIBLIEX.
2. TASSO FRAGOSO, Augusto, Gen — As aulas sobre a campanha da Guerra da Tríplice Aliança, viriam a ser publicada em cinco volumes pela Imprensa Militar, em 1935.
3. O mestre, único representante do Magistério do Exército, a exercer o comando efetivo da Academia Militar foi homenageado pela memória acadêmica com o nome da Turma de 1944. Seu exemplo de chefia militar e de formação integral é reconhecido por todos os seus contemporâneos, ocupando lugar de destaque nas lembranças de seus ex-cadetes, até os nossos dias.
4. O General de Divisão Mário Travassos foi homenageado pela turma que em 1983 recebeu o Espadim, escolhendo seu nome para orná-la durante sua vida militar.
5. O Marechal Castello Branco deu nome à turma que recebeu o Espadim em 1968 e a Espada em 1971.
6. "O Panteon de Caxias" — notas pessoais do arquivo do Marechal.
7. "Panteon de Caxias" — notas pessoais do Arquivo do Marechal.
8. Idem.
9. Carta do Mal José Pessoa ao Gen Álvaro Fiúza de Castro, Cmt do EMR, datada de 18-4-1940 (arquivo pessoal do Marechal).

política impulsionada na busca de seus objetivos por meios violentos (Montesquieu, Rousseau, Clausewitz, Jomini, Mahan, Mackinder, Lenine), a Estratégia Militar é a arte de conduzir a Guerra.

Sendo a Estratégia uma decorrência de uma concepção política, assim a compreendendo podemos afirmar que a política escolhe objetivos para atender os interesses do Estado (ou da aliança de Estados) e a estratégia seleciona meios e estabelece prioridades para alcançar estes objetivos.

Houve época em que se fazia confusão sobre a relação de interdependência entre Política e Estratégia. Desde o início do século XIX essa confusão não é mais aceitável. Senão, vejamos o pensamento dos principais mestres da estratégia. Não há dúvida que foram, Clausewitz no século XIX, Liddell Hart e Beaufre no século XX. O primeiro teve como campo de observação as inovações trazidas ao campo da estratégia pela Revolução Francesa e as guerras napoleônicas. Sua genialidade está em ter sabido sintetizar e traduzir em idéias gerais as constantes estratégicas produzidas por essa época de inovações no campo da guerra; inovações relacionadas muito mais ao âmbito das transformações políticas e à genialidade de Bonaparte do que à evolução da técnica de produção de engenhos bélicos.

Liddell Hart participante da 1ª Guerra mundial e da 2ª Grande Guerra, retirou das observações colhidas nos campos de batalha desses dois conflitos maiores, os ensinamentos que soube traduzir

numa doutrina estratégica lógica e coerente. O General Beaufre colocou no quadro a estratégia moderna os efeitos de uma nova e terrível arma — a bomba atômica, a arma nuclear.

Desejando apoiar o nosso conceito inicial de que a estratégia é uma decorrência da política, vamos alinhar alguns pensamentos destes três clássicos da estratégia.

Clausewitz — “A guerra é a continuação da política por outros meios”.

Liddell Hart — “A melhor estratégia é aquela que atende ao objetivo político por meio de hábeis demonstrações de força, pela mobilidade, eventualmente sem travar a batalha”.

General Beaufre — “A guerra total é concebida em nível governamental, que fixa os domínios das estratégias militar, política, econômica e diplomática”.

Assim estabelecidos os campos doutrinários da política e da estratégia modernas, baseados no pensamento dos três mestres que mais se distinguiram no estudo da estratégia nesses últimos 200 anos, faremos algumas considerações que nos darão uma visão mais ampla do campo de estudo da estratégia militar contemporânea.

A ESTRATÉGIA MILITAR CONTEMPORÂNEA

Desde o início observamos que a palavra estratégia, de origem grega, *estratego era o general grego comandante de exércitos*, — do ponto de vista semântico vem evo-